

03/02/2017 - Sinttel-ES

Descarga elétrica mata técnico da Telemont/Oi durante reparo

Uma descarga elétrica de alta tensão atingiu e matou o técnico de multiskil na Telemont/Oi, Odlanier Mendes Perusse de 19 anos, casado e pai de uma bebe de três meses. O acidente de trabalho aconteceu no final da tarde desta quinta-feira, dia 02, quando o técnico fazia reparo na rede de telefonia em uma localidade rural chamada Sítio Itaúnas, em Jucu, Viana, há 25 km da capital, Vitória.

Segundo o fiscal de rede da Oi, Sirley Crezenili Dias, chovia na hora do acidente. Ele estava no local acompanhando o serviço do técnico, que em cima, no poste e puxava o fio (FE), de outro poste. Embaixo havia um canavial e o fio estava agarrado, quando depois de um puxão, o fio fez uma "barriga" e encostou num dos cabos de alta tensão da rede elétrica. Houve uma descarga que queimou o FE (foto).

O FE partiu com a descarga



O FE partiu com a descarga

Odlanier recebeu a descarga e tombou junto ao poste, onde estava amarrado com o cinto de segurança. Sirley subiu no poste e tentou reanimar o colega. Em seguida, ligou para o Samu, que demorou cerca de 30 minutos para chegar ao local. Nesse tempo, Sirley permaneceu segurando o colega.

Ele contou que rezava para que Odlanier estivesse apenas desmaiado. A equipe do Samu constatou o falecimento. O corpo de Odlanier ficou no local até por volta das 20 horas quando chegou o carro do Departamento Médico Legal.

O pai de Odlanier, Reinaldo Perusse é também técnico na Telemont/Oi, em Ca-

riacica e estava inconsolável com a morte do seu único filho. A esposa, Brenda contou que o marido estava muito feliz pela filha recém nascida. Mesmo abalada, ela nos cedeu uma foto da família para esta matéria. O enterro será no cemitério de Cruzeiro do Sul às 16 horas.

Análise das causas do acidente

Técnicos da Telemont/Oi e da Operadora Oi estiveram durante toda a manhã desta sexta-feira no local do acidente. Dois engenheiros de segurança da Telemont/Oi Adler Jean e Norberto Cunha Louvem vistoriam os postes, os fios e as condições que o técnico enfrentou durante a realização do serviço.

Também estiveram no local o gerente do SESMT, Lauro Maymone, e o coordenador Washington Rocha, ambos da Telemont/Oi.

Os diretores do Sinttel, Alessandro Mamede e Vanderlei Rodrigues também foram ao local para avaliar a situação. Depois estiveram na casa do pai de Odlanier, Reinaldo Perusse para conversar com a família. O clima era de muita tristeza.



Odlanier, Brenda e a filha

Imagens do local do acidente



02/02/2017 - Sinttel-ES

A intolerância na Telemont beira o escárnio

Na tarde desta terça-feira, dia 1/02, o diretor do Sinttel-ES, Vanderlei Rodrigues da Vitória, escreveu um e-mail para o gerente da Telemont, Getúlio Cardoso Pinto, demonstrando nossa preocupação com a Febre Amarela, epidemia que vem se alastrando em nosso Estado e com os trabalhadores de campo da empresa, que estão expostos.



Vanderlei Rodrigues - diretor do Sinttel-ES

A posição do gerente da Telemont é algo surreal. Em nenhuma das 22 palavras da resposta de Getúlio se nota qualquer preocupação. O que se percebe é a falta de respeito da alta chefia para com o seu corpo de funcionários. O conteúdo, recheado de intolerância, beira o escárnio. São palavras de desprezo e deboche da Telemont para uma situação preocupante como a epidemia de Febre Amarela, que pode atingir os empregados.

Só faltou dizer aquele jargão de um dos personagens – Justo Veríssimo – do humorista Chico Anísio: “Eu quero que todo pobre se exploda”.

Vanderlei fez uma comunicação informal, que teve como pano de fundo uma outra comunicação recebida pelos diretores do Sinttel – empregados da Operadora Oi. Ao contrário da Telemont, além de alertar para o risco da contaminação, a Oi convidava os/as trabalhadores/as a tirarem suas dúvidas com a equipe de saúde, e que disponibiliza a compra de repelentes pelo Benefício Farmácia, que deve ser aplicado a cada 4 horas”.

Veja o teor do e-mail de Vanderlei:

Boa tarde!

Um grande numero de casos da doença, estamos todos apreensivos para que a empresa tome uma posição, contamos com a atenção da diretoria desta empresa pois para nossa

empresa os nossos colaboradores são mais importantes.

Eis a resposta do gerente da Telemont, Getúlio:

Saúde Pública!

Vamos cobrar dos agentes públicos, em especial dos governos do PT que devem explicações para a população.

Quando vai ser a manifestação?

(Enviado via iPhone)

O gerente manda o sindicato cobrar dos agentes públicos. Imagina se isso é atitude de um gestor?

Será que Getúlio está dando sinais de senilidade e confundindo o ES com MG? Lá é que tem um governador Fernando Pimentel – que é do PT. O governador do ES é Paulo Hartung, do PMDB e que já vai para o 10º ano de mandato. E só a título de informação, Getúlio, o PT não governa o ES desde 1997, quando Vitor Buaiz foi substituído por José Ignácio.

E quando vai ser a manifestação?

— Quando o senhor quiser! É só liberar os/as trabalhadores/as – como a Telemont fez nos dias 16 e 21 de dezembro do ano passado, quando foram para a sede do Sinttel – a mando da chefia – pressionar para que se retirasse a Ação de Cumprimento, julgada pelo TRT-ES no dia 31/01, e que se consagrou em mais uma derrota, acachapante, para a empresa.

Certamente essa é a questão. Não interessa se tem epidemia de Febre Amarela e que pode atingir os empregados. O que conta é o lucro, a exploração da mão de obra com salários baratos, perpetuando a precarização, imposta por empresas como a Telemont que tem 16 mil empregados pelo país a fora. E se isso de alguma forma isso estiver ameaçado, nós veremos atitudes medíocres se sobrepondo ao bom senso.



Getúlio Cardoso Pinto, gerente da Telemont

Confira na íntegra:

----- Mensagem original -----

Assunto:Re: Febre amarela no estado

Data:01.02.2017 13:44

De:Getulio Cardoso Pinto <gcardoso@telemont.com.br>

Para:"<vanderlei@sinttel-es.org.br>" <vanderlei@sinttel-es.org.br>

Saúde Pública!

Vamos cobrar dos agentes públicos, em especial dos governos do PT que devem explicações para a população.

Quando vai ser a manifestação?

Enviado via iPhone

Em 01/02/2017, às 13:38, "<vanderlei@sinttel-es.org.br>" <vanderlei@sinttel-es.org.br> escreveu:

Boa tarde!

Um grande numero de casos da doença, estamos todos apreensivos para que a empresa tome uma posição, contamos com a atenção da diretoria desta empresa pois para nossa empresa os nossos colaboradores é mais importantes.

02/02/2017 - Convergência Digital

Oi avalia troca de dívidas por até 60% das ações

O Conselho de Administração da Oi aprovou a nova proposta de negociação, pela qual a operadora vai tentar encolher o endividamento com os credores privados para R\$ 10 bilhões – um corte de 70% nos cerca de R\$ 35 bilhões que eles representam. Em troca, a dívida redimensionada seria transformada em ações, com análises de que ela valeria de um terço a 60% do controle da operadora.

Em comunicado ao mercado, a Oi explicou que

“o Conselho autorizou a Diretoria da Oi a prosseguir com entendimentos junto aos credores, aprofundando alguns itens críticos, incluindo, dentre outros, a possibilidade de conversão de parte da dívida em ações (equity)”.

O mesmo aviso diz ainda que “a Oi entende que as interações com credores estão evoluindo e reitera que continuará reunindo-se regularmente com seus credores, demais stakeholders e potenciais investi-

dores, com vistas a reunir impressões, comentários e sugestões”.

No entanto, na reunião do Conselho realizada na quarta, 1/2, foi descartada a uma das propostas apresentadas à empresa, aquela feita pelo empresário egípcio Naguib Sawiris. O aporte prometido, da ordem de US\$ 1,25 bilhão, foi considerado muito baixo, especialmente porque prevê uma transferência de 95% do controle da operadora.

02/02/2017 - Convergecom

Renan recua sobre sanção ao PLC 79; oposição pede nova cautelar ao Supremo

A oposição apresentou no começo da noite, junto ao Supremo Tribunal Federal, um novo pedido de cautelar, agora contra o envio do PLC 79/2016, que muda o modelo de telecomunicações, à sanção presidencial. A íntegra da petição está disponível aqui.

O argumento é que houve desrespeito à primeira decisão da ministra Carmen Lúcia. Curiosamente, o movimento da oposição se misturava a uma fútil comemoração sobre um suposto recuo do agora ex-presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), que teria pedido de volta o projeto ao Planalto alegando erro técnico. Mas ninguém tem 100% de certeza de que houve de fato o recuo e que o projeto voltou ao Senado.

Nada é simples quando o que está em jogo é a tramitação do PLC 79/2016. O dia começou com a confirmação de que houve o derradeiro ato de Renan Calheiros, assinado no final do dia 31 de janeiro, enviando

o projeto à sanção presidencial. A oposição fez barulho, e os fatos começaram a ficar desencontrados. Segundo apurou este noticiário, ao ser alertado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) de que haveria um novo recurso ao Supremo apontando desrespeito à decisão da ministra Carmen Lúcia, Renan teria recuado.

A mesma informação do recuo chegou à Anatel: o ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, teria feito um acordo com o senador Eunício Oliveira (PMDB/CE), novo presidente do Senado, para votação em plenário, mas sem emendas. O jornal Valor publicou uma nota dizendo que a Casa Civil confirmava a devolução do projeto ao Senado.

Em um cenário normal, seria motivo suficiente para que se assumisse como fato que o PLC 79/2016 ainda está no Senado. Acontece que a mesa diretora da casa, por onde passa o processo, não confirma nem a ida à

Casa Civil, e nem o recuo. E fontes próximas ao gabinete do Senado Otto Alencar (PSD/BA), relator da matéria, também asseguravam que o projeto permanecia no Planalto para sanção. Sem a certeza do que é verdade e o que é cortina de fumaça, senadores de oposição mantiveram a estratégia de judicializar o assunto e pressionar o Supremo.

(Atualização às 23:00 – Este noticiário conseguiu uma última confirmação de que de fato houve de fato, a pedido de Renan Calheiros, um recuo do Senado e uma solicitação para que o texto, que havia sido enviado para sanção, voltasse para a mesa, para evitar problemas com o Supremo. Resta saber se esse recuo é apenas temporário até que Eunício Oliveira e a nova mesa diretora despachem o projeto para sanção ou se ele será enviado ao plenário para discussão, como quer a oposição).

02/02/2017 - Convergência Digital

Ordens de bloqueio ferem o Marco Civil da Internet, diz Whatsapp ao STF

Ao antecipar ao Supremo Tribunal Federal a defesa que fará em audiência pública promovida pela Corte, o Whatsapp voltou a sustentar que o aplicativo não é capaz de interceptar conversas de usuários, como deseja a polícia, por conta do uso da criptografia ponta a ponta.

Além disso, nas 69 páginas de argumentação encaminhadas ao STF, o Whatsapp afirma que as ordens judiciais que suspenderam o aplicativo no Brasil foram desproporcionais, feriram o direito à comunicação, a liberdade de expressão e a livre iniciativa.

“Ao emitir a ordem, o juízo se baseou na alegação incorreta da polícia de que o WhatsApp era capaz de cumprir com o pedido de interceptação. Mais uma vez, a interrupção das comunicações e negócios no Brasil foi imediata e substancial”, sustenta a defesa do app.

E lembrou que “há outros meios de investigação mais eficazes e menos onerosos aos direitos constitucionais individuais. Entre esses meios, podemos citar: a obtenção de ordens judiciais válidas para busca e apreensão de

dispositivos de modo a acessar o conteúdo das comunicações neles armazenados e ordens para obter acesso às informações armazenadas junto aos provedores de serviços ‘em nuvem’, além de outros métodos clássicos de investigação, como oitivas, interrogatórios, agentes infiltrados, informações que podem ser acessadas pela Internet, prisões preventivas, depoimentos, acordos de delação, entre outros”.

Ao defender que o STF impeça futuros bloqueios, o Whatsapp alega que as decisões feriram princípios constitucionais e afrontaram o que está previsto no Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14), embora usado artigos dessa lei para ordenar a suspensão do serviço aos 100 milhões de usuários no Brasil.

“Além de impor uma punição indevidamente onerosa a metade do país, as ordens de bloqueio são ineficazes. Elas não servirão ao objetivo de auxiliar nas investigações policiais porque os criminosos simplesmente migrarão para outras plataformas de mensagens

criptografadas.”

No caso do MCI, o Whatsapp aponta que os artigos que tratam de sanções se referem somente a coleta, armazenamento, guarda e tratamento de dados e que “não há nenhuma prova ou mesmo alegação de que o WhatsApp tenha violado tal dispositivo de lei. Mesmo que essa violação possa ser comprovada, o poder de suspender se limita àquelas atividades. Não há nada no Marco Civil da Internet que permita a suspensão do acesso dos usuários.”

O app também se diz prejudicado no direito à livre iniciativa pois os bloqueios favoreceram competidores. “Milhões de usuários do WhatsApp baixaram outros aplicativos, e um dos provedores concorrentes chegou a informar um aumento de 2000% no uso do seu aplicativo ao longo das 12 horas subsequentes ao bloqueio do WhatsApp que durou apenas algumas horas. Perder milhões de usuários constitui um dano irreparável ao WhatsApp.”

Boletim Fenattel

08 de fevereiro: Dia Nacional de Luta e Protestos

Os patrões acham que aceitaremos as esmolas que oferecem aos trabalhadores. Só que não! Basta de desrespeito e má fé!

Na terceira rodada de negociações, ocorrida em São Paulo em 01 de fevereiro, o Sindicato Patronal mostrou mais uma vez que não está apto a negociar, ou está querendo pagar para ver.

A Comissão Nacional de Negociação do Teleatendimento foi para a reunião no intuito de avançar pela via do diálogo, mas eles insistem fervorosamente em empurrar apenas as sobras para nós, trabalhadores. Uma falta de Respeito.

Na ocasião, os patrões tiveram a cara de pau de citar mais uma vez o reajuste do piso para R\$ 937,00 somente em junho de 2017. Para os salários acima do piso voltaram a propor uma parcela única de 3,58% também em junho de 2017, como se não existisse data-base.

Para benefícios, ZERO de reajuste e NADA de PLR. Apenas não querem pagar. Querem os lucros só para eles acionistas e tomadores de serviço. A Comissão da FENATTEL REPUDIOU de imediato a brincadeira de mau gosto colocada pelos patrões em uma reunião séria e decisiva.

A Federação Nacional e os sindicatos filiados defendem o respeito à data - base de 1º de janeiro com aumento retroativo a essa data, com ganho real e sem divisão da proposta em parcelas ao longo do ano, afinal salário não é carnê e nem consórcio para pagar em parcelas.

Lutamos pelo aumento real acima do Mínimo Nacional no piso e pelo cumprimento de todas cláusulas sociais.

Trabalhador, a comissão dos



sindicatos e da Federação continua na luta nas mesas de negociação coletiva e conclama a categoria a manifestar seu protesto, vamos iniciar uma firme mobilização com protestos nacionais nas portas e dentro das empresas. Não dê ouvido a boatos e some forças com quem está na luta ao seu lado, o seu Sindicato e a FENATTEL.

ROTATIVIDADE ABUSIVA EM ÉPOCA DE DESEMPREGO ALTO

Segundo dados apurados pela subseção do DIEESE na FENATTEL, do total de demissões do setor, 40% são feitas a pedido do teleoperador. Ou seja, 183.346 trabalhadores preferem sair do emprego, que hoje não acrescenta nada em suas vidas. São condições de trabalho muito ruins, com metas abusivas, assédio moral, e remuneração

inferior à dos trabalhadores do setor de serviços (conforme dados da RAIS), considerando a mesma jornada e escolaridade média.

A taxa global de rotatividade no setor foi de 95,4% em 2015, esse número se deve, em grande parte, a esses pedidos de demissões. Já a taxa descontada, feita por iniciativa exclusiva do patrão, está 48,1%.

Somos contra o assédio, contra a destruição da vida social e profissional dos teleoperadores dentro das empresas, em especial na Atento.

O DIA NACIONAL DE LUTA E PROTESTO EM TODO PAÍS está marcado para o dia 08 de fevereiro.

OU OS PATRÕES ACORDAM POR BEM OU VAMOS OCUPAR AS RUAS E PARAR TODO ESSE SETOR.

02/02/2017 - Intervozes.org

Projeto que altera lei de Telecom é enviado para sanção sem debate no senado, mas volta por 'Inexatidão material'

Renan Calheiros deu prosseguimento à tramitação do PL 79/2016 à revelia do regimento da Casa e desrespeitando orientação anterior do Supremo Tribunal Federal

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), enviou à sanção presidencial na terça-feira, dia 31, no seu último ato na presidência da Casa, o Projeto de Lei da 79/2016, que altera a Lei Geral das Telecomunicações. Vários senadores que se opõem ao projeto apontaram o ato de Calheiros como uma afronta às normas regimentais do Senado, pois havia na mesa diretora da Casa um pedido para que o projeto fosse ao plenário.

Entidades que atuam na defesa da comunicação democrática e ativistas pela internet livre denunciaram aos senadores que o projeto de lei é um crime contra o patrimônio público e a sociedade brasileira. O PL 79 determina que a infraestrutura da telefonia fixa, hoje operada pela iniciativa privada sob o regime de concessão, possa ser modificada para o regime de autorização, e prevê a entrega para as empresas de um patrimônio público avaliado pelo Tribunal de Contas da União em mais de R\$ 100 bilhões.

Ao modificar as regras do setor e permitir a migração de concessões de telefonia fixa para o regime de autorização, a proposta de legislação também transforma bens reversíveis (que deveriam voltar ao patrimônio do Estado) em "investimentos" e concede às empresas espectro perpétuo. Isso porque, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), as licenças para operar espectro pelas redes móveis e por satélite poderão ser renovadas indefinidamente.

A proposta de alteração da lei foi votada de maneira terminativa (sem necessidade de passar pelo plenário) no dia 6 de dezembro de 2016 pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional. A oposição apresentou recursos contra a tramitação acelerada e sem o amplo debate que seria necessário devido à relevância do tema. Senadores contrários ao teor do PL 79 ingressaram então com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a tramitação do projeto. A ação havia sido delegada ao ministro Teori Zavascki, morto em acidente aéreo em 19 de janeiro deste ano. Agora, aguarda a indicação de novo relator.

De plantão durante o recesso judiciário de final de ano, a presidente do STF, Cármen Lúcia, não acatou o pedido do mandado de segurança, pois recebeu a informação de Calheiros de que não havia nenhuma posição da mesa do Senado sobre o projeto e de que ele não seria enviado à sanção presidencial antes do recesso parlamentar. Nestes termos, naquele momento, a magistrada entendeu não existir motivos para uma decisão cautelar contrária à tramitação acelerada, porque supostamente não existia sequer tramitação. Entretanto, Renan Calheiros não honrou sua palavra e enviou o projeto durante o recesso parlamentar.

Com essa decisão senadores contrários a decisão apresentaram no começo da noite, junto ao Supremo Tribunal Federal, um novo pedido de cautelar, agora contra o envio do PLC 79/2016.

Falta de ética e desrespeito à Justiça

Os senadores contrários às mudanças na Lei Geral das Telecomunicações que beneficiam as empresas e trazem prejuízo aos cofres públicos foram pegos de surpresa com a iniciativa de Calheiros. Havia um acordo anterior ao recesso parlamentar para que a discussão do projeto fosse realizada somente após a eleição do novo presidente da Casa. Entretanto, em uma medida unilateral e provavelmente pressionado por agentes externos, Renan Calheiros deu seguimento à tramitação do projeto na noite do seu último dia como presidente do Senado Federal.

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM), existem dois problemas sérios nesse processo. O primeiro é a falta de ética de Calheiros ao descumprir o acordo estabelecido entre os senadores de que o projeto seria debatido em plenário. O segundo, o desrespeito a uma orientação do Supremo Tribunal Federal. "No despacho da presidente do STF, feito depois de ter recebido os recursos, é importante destacar um trecho: 'o eventual encaminhamento do projeto antes do término do recesso par-

lamentar configura, na forma e com conteúdo exposto nas informações prestadas, fraude contra a jurisdição e passível de punição'. No dia 31, ainda estávamos em recesso parlamentar, o que contraria a orientação do Supremo", enfatiza Grazziotin.

Mobilização da sociedade

Nesta quarta, dia 1º, ativistas reunidos pela Coalizão Direitos na Rede estiveram mobilizados no Congresso Nacional para defender os direitos dos usuários e cobrar de deputados e senadores uma posição em defesa da sociedade. Para Bia Barbosa, secretária geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e integrante da coalizão, esse é um caso de lesa-pátria. "A rede que está sendo entregue para essas operadoras é a mesma rede por onde passa toda a estrutura de internet banda larga no Brasil. Toda essa estrutura física forma um patrimônio de mais de R\$ 100 bilhões que é do povo brasileiro", enfatiza ela.

Bia Barbosa questiona a forma acelerada em que o projeto passou pela Câmara dos Deputados e também pelo Senado, e, neste último, o fato do então presidente da Casa, Renan Calheiros, ter ignorado o recurso interposto pela liderança da minoria – que deveria ser acatado automaticamente por ter o número mínimo de assinaturas exigidas pelo regimento. "Durante todo o processo, foram descumpridos os prazos regimentais, inclusive os que assegurariam aos parlamentares a apresentação de emendas ao projeto", destaca.

A Coalizão Direitos na Rede defende que o dinheiro pago em impostos pela população brasileira seja usado para a melhoria das condições de vida do povo e não para "socorrer empresas mal geridas e que, sistematicamente, desrespeitam os direitos dos consumidores". "É incrível que, no contexto de crise pelo qual estamos passando, o governo decida por entregar todo esse patrimônio para as empresas privadas, sem que haja retorno algum ao povo brasileiro. Cortam na saúde, na educação, na previdência, mas não cortam nos privilégios dos empresários", afirma Bia.

Melhorias, mas não para todos

Além da grave situação da entrega dos bens reversíveis da União aos empresários, existe outro problema que preocupa os ativistas por uma internet livre e de qualidade: a possível precarização dos serviços em localidades mais distantes e sem atrativos econômicos para investimento do setor de telecomunicações. O PL 79/2016 não estabelece nenhuma obrigação de investimentos em prol da universalização dos serviços de banda larga. Na prática, isso significa que as empresas não atenderão adequadamente aquelas regiões que considerarem menos atrativas em termos econômicos. Assim, a mudança do regime de concessão para o de autorização acabará acarretando menos direitos à população e um custo mais alto pelos serviços.

Em julho do ano passado, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) se posicionou a respeito da mudança na lei, ressaltando que, por força do regime de concessão, o serviço de telefonia fixa é prestado em regime público e as concessionárias são obrigadas a seguir metas de universalização – ou seja, devem disponibilizar o serviço em todo o país –, a prestar o serviço de forma ininterrupta e a manter tarifas dentro dos critérios definidos pela Anatel. "Com o fim das outorgas, todas essas exigências podem acabar, o que resultaria em significativa perda de qualidade do serviço de telefonia fixa para o consumidor brasileiro", afirmou à época Rafael Zanatta, advogado pesquisador do instituto.

O Idec defendeu no estudo que realizou uma ampla revisão da Lei Geral de Telecomunicações, a fim de garantir a expansão dos serviços prestados e o respeito aos direitos dos usuários e usuárias. E não mudanças pontuais na legislação que objetivam apenas beneficiar as empresas concessionárias, dilapidando o patrimônio público e causando prejuízos à população.

No fim da tarde desta quarta-feira o Senado "pediu o projeto de volta por erro técnico". Senadores discutirão o encaminhamento com o novo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). A alegação da Mesa foi "inexatidão material".

01/02/2017 - CUT

Juiz obriga governo a divulgar “lista suja” do trabalho escravo

“Nós precisamos quem são as empresas que estão enriquecendo às custas do sofrimento humanos e às custas do trabalho escravo”, afirma dirigente Cutista

O juiz Rubens Curado Silveira, da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, alegando que a “lista suja” dos empregadores que já foram flagrados com mão de obra análoga à escravidão em suas linhas de produção deva ser pública, decidiu manter a liminar que obriga o Ministério do Trabalho a divulgar quem são as empresas que já tiveram mão de obra escrava comprovada.

O governo federal tem, a contar do último dia 30 de janeiro, exatamente trinta dias para publicar o documento, mantê-lo online e acessível para a consulta popular. A medida já havia sido tomada pelo juiz no dia 30 de dezembro de 2016, mas foi revogada no último dia 10 de janeiro, após a Advocacia Geral da União (AGU) entrar com recurso na Justiça.

Ao justificar a liminar, o juiz afirmou que “notadamente considerando que tal publicação perdurava há mais de uma década e é reconhecida, inclusive



por organismos internacionais, como uma das medidas mais relevantes e eficazes no enfrentamento do tema”, afirmou o magistrado.

“Essa questão é fundamental para a CUT. Nós precisamos quem são as empresas que estão enriquecendo às custas do sofrimento humanos e às custas do trabalho escravo. É importante, inclusive, para que possamos acionar na Justiça esses empregadores”, afirmou a secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara.

Para a dirigente, há uma tentativa por parte dos empresários em flexibilizar o conceito de “escravidão”. “No mundo moderno, há diversas formas de precarização do trabalho, como jornada exaustiva, não estamos mais

no século XIX, quando esse conceito estava ligado à ideia de trabalhadores confinados e trabalhando sem salários.”

02/02/2017 - CUT

Mesmo com apoio da mídia, aprovação de Temer é de apenas 6%

Nossa pesquisa do jornal Valor comprova vocação de presidente ilegítimo em ser impopular

Pesquisa do Instituto Ipsos, divulgada hoje pelo Valor, mostra que a ofensiva publicitária e o “pacotinhos de bondades (FGTS e juros do cartão) não ajudaram em nada a aumentar a popularidade de Michel Temer.

Os índices variaram todos dentro das margens de erro em janeiro, comparados aos de dezembro: ótimo/bom, 6% (antes, 8%); 27% regular (24%) e ruim/péssimo, 59%(62%).

O número dos que acham que Temer está “abaixo das expectativas” para 52%, contra 36% no levantamento realizado em outubro.

Subiu também o número

dos que acham, definitivamente, que deste mato não sai coelho, não tendo nenhuma expectativa deste governo para o futuro: eram um quarto dos brasileiros (24%), agora, um terço (34%).

A maior parte (40%) dos entrevistados já acha seu governo pior do que o boicotado governo Dilma e mais 34% acham “igual”. Só 17% acham melhor. Em relação a Lula, só 13% de portadores de ódio absoluto o acham melhor.

Para um governo com tanto apoio da mídia, Temer realmente é muito bom em ser impopular.

02/02/2017 - CUT

CUT aponta 15 de março como Dia Nacional de Paralisação

Mobilização abre calendário de manifestações; presidente da CUT reforça ainda que não negocia com quem quer destruir classe trabalhadora

Para não deixar dúvidas: a CUT não senta à mesa com o ilegítimo Michel Temer para negociar as reformas da Previdência e trabalhista porque não nasceu para discutir retirada de direitos.

A afirmação do presidente nacional da Central, Vagner Freitas, em entrevista durante reunião da Direção Executiva Nacional, em São Paulo, reforça a ideia de que a organização não cairá na armadilha de referendar ataques à classe trabalhadora. Para ele, Temer tem uma missão a cumprir, agradar os financiadores do golpe que querem trocar o Estado para todos pelo privado

para poucos.

Em entrevista ao Portal, Freitas diz ainda que a CUT apoiará a greve de professores marcada para o 15 de março e proporá às demais centrais que este seja um Dia Nacional de Paralisação contra o roubo de direitos e o ataque às aposentadorias.

Confira a entrevista.

A CUT já deixou claro que é contra a reforma da Previdência. Mas, se for chamada, aceita negociar com Michel Temer?

Vagner Freitas— Eu não consigo imaginar qual o adendo que faríamos para que essa proposta não fosse prejudicial

ao trabalhador. O Temer não está fazendo reforma, está acabando com a aposentadoria. Vamos negociar o que? Que não coloque a necessidade de 49 anos de contribuição, mas 45? Que os rurais não trabalhem 15, mas 14 anos? Tudo isso é paliativo, o que está por trás da reforma é o interesse dos setores privados em controlar um mercado altamente rentável. Não existe possibilidade de a CUT discutir isso, o que pode fazer é apresentar um substitutivo no Congresso para a sociedade com o que entende que precisa melhorar.

Leia mais em:

<http://migre.me/vZkwn>

03/02/2017 - Telesíntese

Tim apura menos receita e lucro, mas recupera o Ebitda

A operadora fechou o ano com receita líquida de R\$ 15,6 bi; lucro líquido de R\$ 750 milhões e Ebitda de R\$ 5,2 bilhões. A empresa destaca adições líquidas de 640 mil de clientes do pós-pago no quarto trimestre, e crescimento do Arpu (receita média) pela primeira vez, em 10 anos.



A TIM fechou o ano de 2016 com receitas líquidas de R\$ 15,6 bilhões, queda de 8,9% e lucro líquido normalizado (sem o impacto da venda das torres) de R\$ 750 milhões, contra R\$ 1,247 bilhão de 2015, ou queda de 39,8%. No último trimestre, a empresa apurou receita líquida de R\$ 4,0 bilhões (queda de apenas 1,7% em relação ao mesmo período de

2015, e lucro líquido normalizado de R\$ 359 milhões (menos 19,6% ao lucro de R\$ 447 ano-a-ano).

Segundo a empresa, "a rápida redução dos serviços de voz, condições macroeconômicas desafiadoras e o persistente impacto dos cortes nas tarifas de terminação móvel (VU-M) são as principais causas do desempenho negativo nas receitas." Mas ressalta que está no caminho da recuperação, pois as receitas cresceram 3,7% em relação ao terceiro trimestre do ano.

O Ebitda (fluxo de caixa) normalizado teve um resultado crescente no quarto trimestre, motivado pela redução do Opex (custos operacionais). A operadora registrou R\$ 1,56 bilhão, crescimento de 5,8% ano-a-ano. Em 2016, a TIM apurou Ebitda normalizado de R\$ 5,2 bilhões, queda de 3,2% em relação a 2015, com R\$ 5,4 bilhões

Investimentos

No 4T16, o Capex totalizou R\$ 1,695 bilhão, uma aceleração em comparação ao mesmo período no ano anterior (R\$ 1,488 bilhão). No ano, o Capex somou R\$ 4,502 bilhão, uma redução de 5,5% em relação a 2015, explicada pela empresa "por negociações com fornecedores e otimização de projetos".

Como destaques, a TIM ressalta que, mesmo com a perda de base de clientes – fechou o ano com 63,4 milhões, contra 66,2 milhões de 2015 (-4,3%) – registra saldo positivo há três trimestres de clientes de pós-pago (os mais rentáveis). Ela conquistou mais 640 milhões de usuários pós-pagos no último período do ano.

Como consequência dessa estratégia, a empresa informa que pela primeira vez, em 10 anos, o Arpu (conta média por assinante) anual foi maior do que o do ano anterior: aumentou 7,9% ano-a-ano, em R\$ 19,2, e média anual de R\$ 18,00

30/01/2017 - Rede Brasil Atual

FUP: gestão de Parente faz reservas da Petrobras recuarem 15 anos

Federação dos petroleiros convoca população a se organizar em defesa da companhia "enquanto ainda resta um patrimônio a zelar"

O desmonte promovido pelo governo Temer na Petrobras está fazendo com que a companhia volte a ser como era em 2001, denuncia a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Na ocasião, lembra a entidade, sob o governo Fernando Henrique Cardoso e com o atual presidente da empresa, Pedro Parente, então no comando do Conselho de Administração, os investimentos em exploração e produção de petróleo sofreram cortes drásticos.

A FUP alerta que a gestão de Parente já levou a um retrocesso no volume de reservas da empresa a níveis de 15 anos atrás, ao fechar 2016 com 9,672 bilhões de barris de óleo equivalente, queda de 8% em relação ao ano anterior. Em nota, a federação cita advertência da Zag Consultoria, em reportagem do jornal Valor Econômico: "A falta de investimentos exploratórios está afetando seriamente o valor da Petrobras". A entidade dos petroleiros convoca os brasileiros a "entrar na luta" em defesa da Petrobras, "enquanto ainda temos um patrimônio a zelar".

Confira íntegra da nota

Há menos de um ano no comando da Petrobras, Pedro Parente já conseguiu a façanha de fazer as reservas da empresa retrocederem mais de uma década, atingindo os níveis de 2001. A companhia fechou 2016 com 9,672 bilhões de barris de óleo equivalente, uma queda de 8% em relação ao ano anterior, praticamente a mesma reserva que tinha há 15 anos, quando atingiu 9,3 bilhões de barris.

O desmonte promovido pelos golpistas está fazendo a Petrobras voltar a ser o que era em 2001, quando Pedro Parente comandava o Conselho de Administração da empresa. Assim como hoje, os investimentos em exploração e produção de petróleo e gás sofreram cortes drásticos, fazendo com que a área mais estratégica da companhia fosse anos a fio sucateada. A recuperação se deu nos governos Lula e Dilma, que multiplicaram por mais de dez vezes os investimentos no E&P, fazendo com que a Petrobras aumentasse em 70% as suas reservas e se tornasse capaz de descobrir o pré-sal.

Os desinvestimentos e a liquidação de ativos promovidos pela gestão Pedro Parente fazem a estatal retroceder a passos largos, levando junto a economia do país e as principais conquistas das últimas décadas. O próprio mercado já admite que a receita aplicada está comprometendo a empresa. "A falta de investimentos exploratórios está afetando seriamente o valor da Petrobras", afirmou a Zag Consultoria ao Valor Econômico em reportagem de capa da quinta-feira (26), em que o jornal analisa o tombo que os golpistas promoveram nas reservas da empresa.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/01/gestao-de-pedro-parente-faz-reservas-da-petrobras-recuarem-15-anos>